

## OE / 2020 – Debate na Especialidade

### Intervenção inicial do Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento de Estado de 2020 é um orçamento que dá continuidade à aposta no Mar que tem vindo a ser feita pelos sucessivos governos liderados pelo Partido Socialista. Uma aposta no sentido de explorar as oportunidades, mas também reconhecer as fraquezas. O Mar não é esse ambiente inexpugnável e ilimitado que alguns descrevem. Hoje é em si próprio um ambiente afetado e enfraquecido pela pressão a que tem sido sujeito, com sintomas claros.

Neste primeiro exercício orçamental, da responsabilidade do XXII Governo Constitucional, é com sentido de compromisso e responsabilidade que estou pela primeira vez nesta Comissão a participar no debate na especialidade do Orçamento de Estado de 2020, para apresentar as opções e as principais diretrizes do Orçamento para 2020 na área do Mar.

Nesse sentido, começo por deixar uma palavra de agradecimento e apreço ao excelente trabalho desenvolvido pela minha antecessora, a Sra. Deputada Ana Paula Vitorino, que permitem dar continuidade à aposta deste governo do domínio do Mar. A política do Governo para o Mar integra as orientações nacionais e internacionais para um desenvolvimento sustentável, numa lógica integrada e inclusiva, baseada no conhecimento científico, na promoção da inovação e na contextualização sócio-económica, designadamente no que diz

respeito à conservação dos espaços marinhos e dos seus recursos marinhos vivos e não vivos.

Dada a transversalidade das políticas públicas para o mar, estas têm de contemplar as dimensões ambiental, social, económica, tornando-se assim essencial uma cooperação e coordenação entre os diferentes parceiros, e um claro e efetivo envolvimento da sociedade civil.

No âmbito da sustentabilidade ambiental permito-me sublinhar o compromisso assumido pelo Governo Português com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Esta agenda foi precedida há cerca de 20 anos por uma estratégia para o desenvolvimento económico da OCDE, a que se seguiu uma estratégia, já das NU, para desenvolvimento sustentável. A atual agenda da década integra pela primeira vez um objetivo relacionado com o Mar, Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 14, no qual se inclui o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a redução da poluição, o estabelecimento das áreas marinhas protegidas, o progresso na investigação associada às tecnologias marinhas e a proteção da pesca tradicional e de pequena escala.

Problemas globais exigem soluções locais, regionais, nacionais e internacionais. O Governo de Portugal tem trabalhado em cooperação com outros países no sentido de se encontrar respostas integradas que permitam um desenvolvimento azul em consonância com a conservação e recuperação dos recursos marinhos. O conhecimento, a investigação e a inovação são pilares essenciais para o desenvolvimento da economia azul, cuja realidade atual importa realçar e cujo potencial de desenvolvimento importa materializar.

Disseminar o conhecimento vai permitir alargar o número de empresas que têm o Mar como centro de atividade, esperando assim criar mais emprego e riqueza para o País.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

As apostas e prioridades para o exercício orçamental de 2020 da área governativa do Mar estão bem refletidas no Orçamento que hoje debatemos na especialidade.

Neste sentido, o Ministério do Mar desenvolverá a sua ação através das seguintes grandes sete áreas, com as principais medidas que irei detalhar:

1. Governação do Mar;
2. Observação e Investigação do Oceano;
3. Ordenamento e sustentabilidade dos ecossistemas marinhos;
4. Pesca e a aquicultura sustentáveis;
5. Desenvolvimento da economia azul circular;
6. Administração e segurança marítima;
7. Financiamento da economia do mar;

#### 1. Governação do Mar

- Elaborar a Estratégia Nacional para o Mar 2020-2030;
- Prosseguir a interação com a Comissão de Limites da ONU para a concretização da extensão da plataforma continental portuguesa;

- Coorganizar com as Nações Unidas e com o Governo do Quênia a Conferência sobre o Oceano das Nações Unidas em 2020, em Lisboa;
- Coorganizar a reunião Ministerial da Convenção da OSPAR em 2020;
- Ser um parceiro ativo na Década da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), que será submetido pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO à 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2020.
- Promover o programa das atividades de Comemoração do V Centenário da Circum-navegação comandada pelo português Fernão de Magalhães;
- Dinamizar programas de literacia do Oceano, nomeadamente a “Escola Azul” e o “Prémio Mário Ruivo - Gerações Oceânicas”.

## 2. Observação e investigação do Oceano

- Desenvolver as ações necessárias à instalação do Observatório do Atlântico, em coordenação com o AIR Centre;
- Apoiar a realização de projetos de investigação e desenvolvimento, nomeadamente através de cruzeiros científicos;
- Finalizar o processo de integração dos investigadores nos quadros do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.). através do Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREPAV);
- Melhorar a capacidade de previsão da evolução do estado do oceano face aos impactos da mudança climática, em todas as suas componentes, e da

sua influência nas ilhas atlânticas e na economia e segurança das populações costeiras;

- Consolidar a iniciativa nacional para a cartografia dos fundos marinhos e identificação dos recursos marinhos (vivos e não vivos);

### 3. Ordenamento e sustentabilidade dos ecossistemas marinhos

- Implementar o novo Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, visando uma economia do oceano sustentada e assegurando a preservação dos valores ambientais e socio-culturais;
- Implementar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, de forma a proteger os habitats e ecossistemas marinhos vulneráveis;
- Edificar um banco de dados da distribuição geográfica de atividades no oceano.

### 4. Pesca e a aquicultura sustentáveis

- Reforçar a gestão dos recursos da pesca, nomeadamente através de mecanismos de cogestão, promovendo uma governação descentralizada, como parte integrante da Política Comum de Pesca da UE.
- Promover para reforçar a utilização de artes de pesca seletivas e biodegradáveis e reduzir o desperdício;
- Aprovar e implementar o Plano para a Aquicultura em Águas de Transição;

- Alargar a cobertura da lota 4.0 e a lota móvel, aumentando o apoio às pequenas comunidades piscatórias;

## 5. Desenvolvimento da economia azul circular

- Promover a biotecnologia azul sustentável, com o objetivo do desenvolvimento de novos produtos alimentares do mar e a criação de unidades fabris que aproveitem os subprodutos da pesca e aquicultura;
- Dinamizar iniciativas de recolha do lixo marinho, designadamente de artes de pesca abandonadas, estimulando modelos de negócio baseados na sua valorização comercial;
- Valorizar as áreas da navegação marítimo-turística e de recreio e lazer, plataformas multiusos para energias renováveis oceânicas ou equipamentos de apoio à aquicultura, em particular de algas, potenciando as exportações;
- Prosseguir a política de descarbonização e redução de emissões para a atmosfera e Oceano de gases com efeito de estufa;

## 6. Administração e segurança marítima

- Executar o plano plurianual de dragagens para manter as condições de operacionalidade e segurança de portos de pesca e de recreio;
- Promover o processo de transferência para os municípios da gestão das infraestruturas portuárias da náutica de recreio e áreas portuárias urbanas.

- Dar continuidade à simplificação administrativa de processos, nomeadamente o licenciamento, as vistorias e as inspeções, diminuindo os prazos de resposta.

## 7. Financiamento da Economia do Mar

- Dar continuidade à implementação do programa operacional MAR2020. Até final de 2019 foram comprometidos 380 Milhões de euros (75% do total programado) e liquidados 179,4 Milhões de euros (36% do total).
- Desenvolver os trabalhos necessários à aprovação e implementação do novo FEAMP.
- Apoiar, através do programa Fundo Azul uma nova geração de empreendedores do mar criadora de oportunidades inovadoras de negócio, rentáveis e sustentáveis.
- Implementar o Programa Crescimento Azul EEA Grants;
- Colaborar na preparação da componente do Mar do Portugal 2030.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

As linhas de ação e medidas que acabei de enunciar encontram-se alinhadas com o Orçamento do Estado 2020, em vários programas orçamentais.

Para 2020, o Ministério do Mar, tem no seu Programa Orçamental uma dotação de 134.6 M€, ao que acrescem 73,8 M€ de medidas Mar, que se encontram no Programa Orçamental da Agricultura, totalizando assim 208.4 M€ de dotação

afetos a este Ministério. Face a 2019, há um acréscimo de 6,3M€, ou seja de 3,1%.

No que respeita ao investimento, em 2020 há um aumento global da despesa consolidada de 4,9%, relativamente a 2019, resultando, na sua essência, de um acréscimo de investimento de 15,5%, do funcionamento pleno do EEA Grants e da concretização de projetos do IPMA anteriormente aprovados.

Em relação a 2019, verifica-se um aumento de 32,6 milhões de euros da dotação do subsector Estado, mais 55,4%, com maior expressão no orçamento de projetos, designadamente na Direção-geral de Política do Mar (DGPM) e Direção-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e nas transferências do Orçamento do Estado para o IPMA.

A dotação de ativos financeiros encontra-se inscrita no orçamento do Fundo Azul e destina-se a apoios a conceder aos promotores para o financiamento de projetos de desenvolvimento da economia azul do mar, da investigação científica e tecnológica e monitorização e proteção do ambiente e segurança marítima.

Como podem constatar, reiteramos com este orçamento a relevância e a aposta no mar, um recurso nacional muito valioso, que estamos ainda a aprender a proteger e aproveitar em todas as suas componentes, para benefício das nossas populações.

Senhoras e Senhores Deputados, reitero o meu compromisso para com o Mar. Espero contar com todos para apoiar e valorizar este ativo Nacional.

Estou disponível para esclarecer questões, que, entendam adequada,

Muito obrigado.